

**1**

**ORGANIZADORAS**

Eveline Corrêa

Graça Gadelha

Ilma Oliveira

Ivana Fernandes

# Projeto Bromélia



**de Inserção Socioproductiva**

**Kit Metodológico**

**1ª Edição**

**Material Didático**

**Fortaleza/CE  
2012**

## FICHA TÉCNICA

### Dilma Rousseff

Presidenta da República Federativa do Brasil

### Michel Temer

Vice-presidente da República Federativa do Brasil

### Maria do Rosário Nunes

Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

### Patrícia Barcelos

Secretária-Executiva da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

### Angélica Moura Goulart

Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente

### Cláudio Roberto Stacheira

Diretor do Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Criança e do Adolescente (Interino)

### Joseleno Vieira dos Santos

Coordenador do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

## ORGANIZADORAS

Eveline Corrêa

Graça Gadelha

Ilma Oliveira

Ivana Carneiro Fernandes

## APOIO TÉCNICO

Prof<sup>a</sup> Celina Magalhães Ellery, Universidade Estadual do Ceará (Uece)

## REVISÃO ORTOGRÁFICA

Edmilson Nascimento

## PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Andrea Araujo e Mariana Araujo

## REALIZAÇÃO

Instituto Aliança

## APOIO TÉCNICO

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Assessoria, Consultoria e Treinamento de Organizações Ltda (ACTOS)

## APOIO FINANCEIRO

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDR/PR)

# Projeto Bromélia de Inserção Socioprodutiva

# apre senta ção

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Instituto Aliança, cientes da importância de sistematizar experiências inovadoras no campo das políticas públicas, disponibilizam aos gestores municipais os resultados do desenvolvimento de uma metodologia voltada para a inserção socioproductiva de adolescentes em situação de alta vulnerabilidade.

Essa metodologia tem como parâmetro uma experiência-piloto realizada na cidade de Fortaleza, Ceará, junto a um grupo de 20 adolescentes violados em seus direitos fundamentais. O desafio partiu da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ao aprovar, em dezembro de 2009, o projeto de iniciativa do Instituto Aliança - Metodologia de Inserção Socioproductiva: Educando e Inserindo Adolescentes Vulneráveis no Mundo do Trabalho -, que passou a ser conhecido como Projeto Bromélia<sup>1</sup>. Referida experiência contou com a parceria da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza e o apoio da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

O ciclo do Projeto Bromélia corresponde ao período de dezembro de 2009 a outubro de 2011, contemplando uma etapa inicial de formação integral e integrada de adolescentes, por um período de 8 meses, seguida de uma etapa inserção socioproductiva, via Lei de Aprendizagem, com duração mínima de 18 meses.

Esse processo de formação e inserção de adolescentes serviu de referencial para a formulação de um Programa de Educação e Inserção Socioproductiva voltado para esse perfil de público, com perspectiva de constituir uma política pública de referência nesta área.

No âmbito do Projeto-piloto foram desenvolvidos e consolidados os seguintes produtos, que devem ser compreendidos em sua totalidade e dinamicidade:

- estudo de viabilidade sócio-econômica realizado no município de Fortaleza e Região Metropolitana para conhecimento e indicação de cenários favoráveis para inserção profissional digna de adolescentes;
- matriz de políticas públicas municipais de caráter transdisciplinar e multisetorial, com foco nas áreas da educação e do trabalho.
- projeto político-pedagógico para formação e inserção de adolescentes no mundo do trabalho, como instrumento teórico-metodológico direcionado a gestores, técnicos e educadores;
- formatação didática (passo-a-passo) para subsidiar a operacionalização do Programa, com seus diferentes componentes,

A expectativa dos realizadores, promotores e parceiros dessa inovadora metodologia é propiciar conteúdos, procedimentos e instrumentais, no formato de um kit metodológico que oriente a estruturação e implementação da experiência em outros municípios brasileiros.

A disponibilização desses aprendizados somente foi possível pelo compartilhamento de princípios e valores centrados no reconhecimento do potencial das pessoas, a partir das oportunidades que lhes são ofertadas, e que podem transformá-las em sujeitos de suas próprias histórias.

Instituto Aliança

Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República

<sup>1</sup> O nome Bromélia, designação de uma família de plantas tropicais ornamentais, muito resistentes às intempéries e que crescem, inclusive, sobre pedras (rupícolas) foi escolhido, por analogia ao conceito de resiliência atribuído à população atendida pelo projeto.

# antecedentes

## do Projeto Bromélia

Uma longa trajetória de luta em defesa dos direitos sexuais violados de crianças e adolescentes, iniciada na década de 1990, com uma expressiva mobilização da sociedade civil organizada, seguida da incorporação do tema Violência Sexual no campo das políticas públicas, registra avanços em relação aos processos de sensibilização e conscientização pública. É inegável a conquista de espaços nas áreas do atendimento psicossocial e jurídico, e na produção de resultados nas ações voltadas à reinserção familiar e comunitária. Ressente-se, no entanto, da implementação de ações voltadas ao acesso qualificado de meninos e meninas em situação de exploração sexual no mundo do trabalho.

O direito à profissionalização, com a formação técnico-profissional, nos termos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Capítulo V, arts. 60 a 69) deve ser considerado no conjunto dos direitos uma alternativa real a ser trabalhada para oferta de oportunidades educativas sustentáveis a adolescentes com direitos sexuais violados.

Esse perfil de público, pela sua singularidade e diversidade, demanda, de igual forma, políticas, programas e ações que contemplem essas especificidades. Estudos têm apontado que adolescentes envolvidos na situação de exploração sexual são, em sua maioria, oriundos de famílias com contextos sócio-econômicos extremamente desfavoráveis, com histórico de privações e/ou de violações graves, em diferentes níveis (estrutural, social e pessoal) e se enquadram, ainda, em um perfil de baixa escolaridade. Importante incluir também neste contexto vitimológico as dimensões de raça/etnia e gênero, circunstâncias que resultam em um conjunto de condições extremamente adversas para o alcance de objetivos, sobretudo nos campos da educação, do emprego e renda que possam favorecer a mudança de vida dessa população.

Diante dessa complexa realidade instala-se o desafio de pensar estratégias e metodologias que

possam contribuir para modificar as condições de acesso e permanência desse público em atividades produtivas sustentáveis, como forma de assegurar a promoção da dignidade e da cidadania desse segmento populacional. A tarefa de traduzir direitos em práticas sociais inovadoras exige a experimentação de novas metodologias, sobretudo considerando o atual cenário do mercado de trabalho cada vez mais direcionado a uma sociedade globalizada e movida pela tecnologia, o que requer uma permanente qualificação em termos de competências e habilidades.

A transnacionalidade, a velocidade e a transitoriedade dos processos relacionados ao mundo do trabalho encontram na sociedade brasileira uma barreira que pode se tornar intransponível – os efeitos corrosivos da falta de escolaridade e de preparo técnico-profissional de adolescentes e jovens, notadamente aqueles que pertencem a classes sociais mais desfavorecidas. Mais grave ainda quando esse problema atinge a uma parcela dessa população – aquela que se encontra em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social e que não conseguiu adentrar os muros da escola.

Constata-se, assim, a necessidade urgente de buscar alternativas de formação e inserção socioproductiva a partir da formulação de propostas adequadas a esse perfil de público, como única via de alcance de metas para inclusão econômica e social.

Estimular e apoiar adolescentes vítimas de exploração sexual, em circunstâncias especialmente difíceis e desfavoráveis a tornarem-se competitivos; competentes e solidários, além de disponíveis a um saber construído e estruturado a partir de uma proposta pedagógica que possibilite a inserção no mundo do trabalho é o objetivo principal do Projeto Bromélia.

Esse Projeto foi desenvolvido a partir de experiências metodológicas realizadas pela equipe técnica do Instituto Aliança, que desde 1999 vem trabalhando na área de inserção socioproductiva voltada para adolescentes e jovens. Nesta experiência institucional ganha destaque o Programa Com.Domínio Digital, já incorporado como política pública de educação profissional no Estado do Ceará, e que vem sendo desenvolvido também em sete Estados da Federação, voltado à formação e inserção desses segmentos no mundo do trabalho. A estratégia adotada de trabalhar com o binômio: formação + inserção, revelou-se assertiva no sentido de ratificar que esses aspectos devem caminhar juntos e de forma articulada.

Com base nesta expertise, o Instituto Aliança assumiu o desafio de trabalhar também com adolescentes de alta vulnerabilidade social, a partir da implementação do Projeto Bromélia. Essa iniciativa tem demonstrado que a escolha foi acertada e alinhada com as atuais demandas do mundo de trabalho, como também com as de gestores públicos municipais que se ressentem de propostas metodológicas capazes de promover o ingresso e a permanência desse público em atividades produtivas dignas e viáveis.

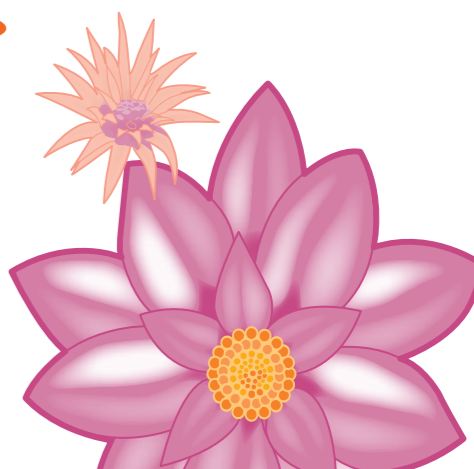
Essa opção traz ainda uma forte sintonia com os princípios e diretrizes estabelecidos no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que ampliou o debate sobre questões relacionadas à proteção e à promoção de direitos humanos de crianças e adolescentes, ao incorporar ações específicas de garantia de seus direitos fundamentais, incluindo, dentre outras, o direito a uma inserção qualificada de adolescentes<sup>1</sup>, priorizando políticas e programas voltados para

• “a redução das desigualdades econômicas, sociais e culturais existentes no país, visando à plena realização do direito ao desenvolvimento e conferindo prioridade às necessidades dos grupos socialmente vulneráveis”, e

• “a ampliação de programas de aprendizagem profissional para adolescentes em organizações públicas e privadas, respeitando as regras estabelecidas pelo ECA”, e adotando-se critérios que promovam a equivalência de participação de gênero e etnia.

O Projeto Bromélia encontra ainda ressonância no atual contexto das políticas de emprego, trabalho e renda, tendo em vista os indicadores críticos nesta área, decorrentes dos altos índices de desemprego juvenil e informalidade no país, três vezes maior que a média nacional de desemprego adulto.

Essa metodologia considerada inovadora foi desenvolvida e validada no município de Fortaleza, cujos aprendizados serão apresentados a seguir, resultando na elaboração de um Kit Metodológico disponibilizado aos gestores municipais com o objetivo de tornar-se referência para ações desta natureza junto a esse perfil de público.



# Formulação e implementação de uma matriz de política pública

A construção de uma proposta de política pública que vise a assegurar uma inserção socioprodutiva junto a um público de adolescentes caracterizado como de alta vulnerabilidade social, encerra alguns desafios de ordem conceitual, metodológica e prática.

## Fundamentos

Tratar de questões como educação, trabalho e políticas públicas passa, necessariamente, pelo reconhecimento das complexidades inerentes ao conjunto destas categorias, em especial quando se reporta a uma fase de desenvolvimento humano - Adolescência - caracterizada como um período de fortes e decisivas transformações, em todas as dimensões (física, mental, intelectual, emocional e social).

A adolescência, segundo Zagury (2002)<sup>1</sup> é considerada, um período de transição entre a infância e a juventude, sendo um momento bastante significativo para o desenvolvimento, com características próprias, que levará a criança, posteriormente, a tornar-se um adulto. Essa é uma fase de transformação profunda que impõe grandes exigências de adaptação, relacionadas com as novas funções biológicas, formas de relação interpessoal e responsabilidades familiares e sociais.

Para Ellery<sup>2</sup> (2007),

os adolescentes apresentam um estilo cognitivo que os diferenciam, na medida em que atravessam uma fase específica de mudanças múltiplas e fundamentais de transição para a maturidade e consequente inserção na sociedade no papel de adulto.

Observa-se, no entanto, que quando esse "caldo" heterogêneo é localizado socialmente com um olhar para os adolescentes mais vulneráveis, moradores de periferias de grandes centros urbanos, que pertencem a famílias em situação de pobreza e a grupos historicamente discriminados, com baixa escolaridade e com falta de qualificação, nem sempre para eles são destinadas políticas que reconheçam direitos e atendam às demandas desses segmentos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>3</sup>, em seu Art. 2º, considera, para efeitos da Lei, adolescente a pessoa na faixa etária entre doze e dezoito anos de idade e são assegurados a este, no Art. 4o:

1 ZAGURY, Tânia. O adolescente por ele mesmo. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

2 ELLERY, Anelise - Fatores Motivacionais na Aprendizagem do Adolescente, Fortaleza: UECE, 2007

3 LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, Presidência da República/ Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos.

é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A garantia de prioridade compreende, além da primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias e a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (parágrafo único, do art.4º, ECA).

Ao dispor de um Capítulo específico (V) para tratar do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, o ECA contempla o adolescente sem distinção de cor, raça, classe social, reconhecendo cada um (a) na sua singularidade e que, por essa condição peculiar, deve receber do poder público, da família e da sociedade todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (art.3º). A proposta do ECA no campo da educação profissional tem, portanto, como princípio a proteção integral aos indivíduos em desenvolvimento, a partir de uma perspectiva de direitos humanos.

Neste capítulo, dentre o conjunto de direitos previstos, sobressai o que se refere à profissionalização e à proteção no trabalho (art.69), observando-se:

- I – respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- II – capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Essa inovadora legislação estabelece ainda princípios ao processo de formação técnico-profissional (arts.62 e 63), visando promover e proteger direitos ao adolescente, na perspectiva de que possa desenvolver-se com dignidade, com direitos básicos assegurados, de forma digna e saudável.

As categorias Educação e Trabalho possuem dimensões amplas e também complexas e, no caso do adolescente em processo de formação profissional compõem uma díade estratégica para a construção da cidadania na perspectiva da inserção e permanência qualificadas e competitivas no mundo do trabalho em uma sociedade marcadamente tecnológica e informacional. O desafio que se coloca é transpor a visão linear, tradicional, de preparação para a empregabilidade e voltar-se para a construção de projetos de vida e de carreira, privilegiando não só os conteúdos como também as competências e habilidades.

A categoria Política, em uma acepção ampla, deve ser compreendida como tudo o que diz respeito à sociedade, consistindo na arte de governar e realizar o bem público. Para os fins desta proposta, não se reconhece e nem se adota o conceito caracterizado como conjuntural, que trata do conjunto de processos, métodos e expedientes utilizados por indivíduos ou grupos de interesse para influenciar, conquistar e manter o poder.

O emprego do termo Políticas Públicas refere-se, segundo Heidemann e Salm (2010), às ações, práticas e diretrizes políticas fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, em conjunto com as demais forças vivas da sociedade, para resolver questões gerais ou específicas da sociedade. (2010, p.29)

Uma política pública, segundo EULAU e PREWITT<sup>4</sup>, pode também ser definida

como uma decisão existente caracterizada por consistência e repetitividade comportamental, tanto de quem a formula quanto também de quem a cumpre. (1973, p.465)

Para o cientista político Thomas R. Dye<sup>5</sup>, a política pública é tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer (2005, p.1), o que supõe a vontade e a decisão políticas que encerram dois elementos-chave, a saber: a intenção formal manifesta e a ação que a materialize e lhe dê consistência.

Isso requer um amplo e persistente trabalho de mobilização social e a sensibilização não só dos gestores públicos e equipes técnicas, mas também dos parlamentares, empresários<sup>6</sup>, agências de fomento nacionais e internacionais e da sociedade em geral. Esta integração operacional tem por escopo garantir o princípio constitucional da prioridade absoluta.

Para tanto necessita também se referenciar no Sistema de Garantia de Direitos (SGD)<sup>7</sup> que, segundo o ECA, se apóia em três grandes eixos:

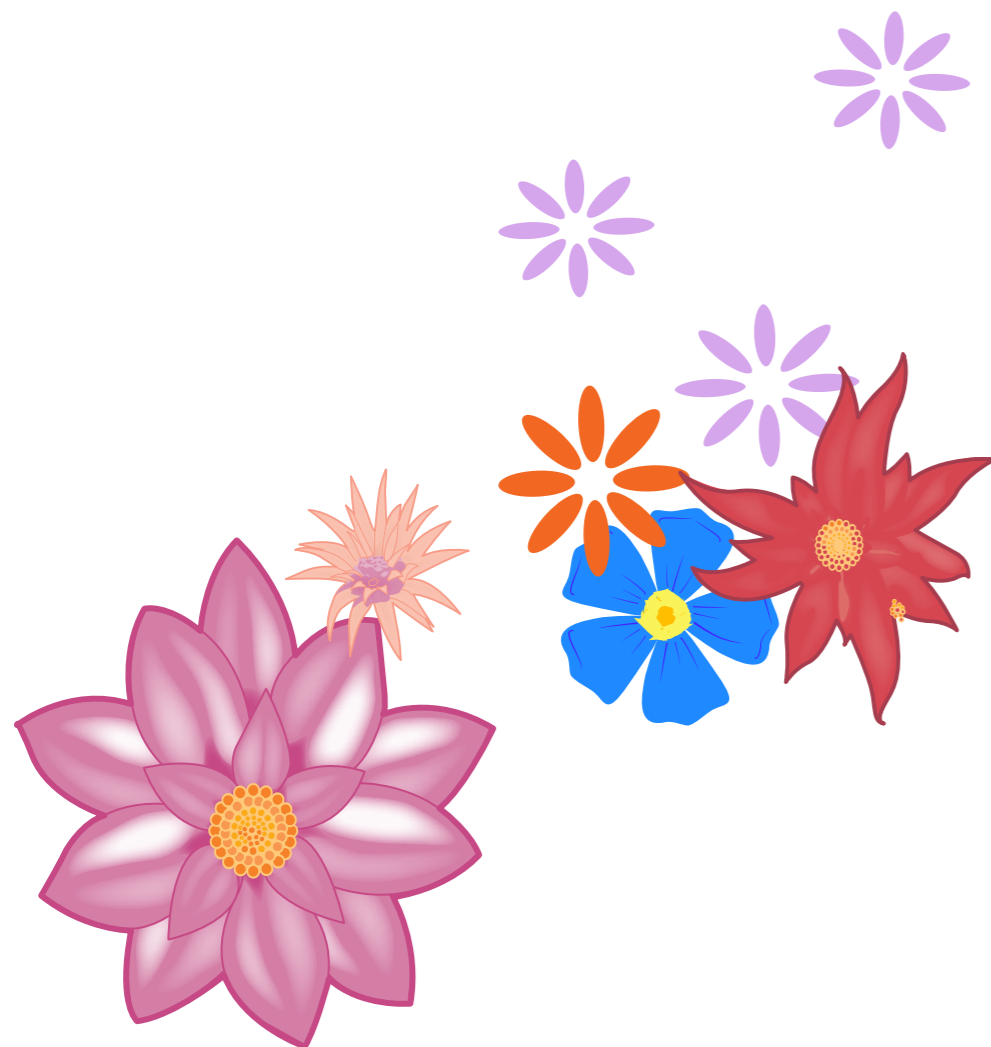
- **Promoção** que tem como objetivos a deliberação e a formulação da “política de garantia de direitos”, priorizando o atendimento das necessidades básicas da criança e do adolescente, por meio de políticas públicas. Este eixo deve garantir, de forma universal, os serviços públicos básicos ao conjunto dessa população, assim como programas de proteção especial àqueles vulnerabilizados, vitimizados e invisibilizados, assegurando-lhes medidas especiais de proteção e de sócio-educação.
- **Defesa**, tem como objetivo a responsabilização do estado, da sociedade e da família pelo não-atendimento, atendimento irregular ou violação dos direitos individuais e coletivos de crianças e adolescentes. No âmbito dos espaços públicos, integra este eixo o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Delegacias Especializadas<sup>8</sup>, o Conselho Tutelar, os Centros de Defesa, as Secretarias setoriais que atuam nas áreas da Justiça e da Segurança Pública. Esses atores governamentais e não-governamentais devem assegurar a exigibilidade dos direitos previstos na legislação em vigor;
- **Controle social**, cujos objetivos principais são a vigilância ao cumprimento dos preceitos legais constitucionais e infraconstitucionais; o controle externo não-institucional da ação do poder público, a articulação da sociedade civil em fóruns, comitês, frentes, pactos e em outras instâncias não-institucionais semelhantes; em organizações não-governamentais, entidades de classe, sindicatos, pastorais, associações, dentre outras. A participação e o controle social constituem diretrizes significativas para assegurar a corresponsabilidade pela promoção dos direitos da criança e do adolescente por parte da família, da sociedade e do poder público.

Neste sentido, impõe destacar o papel do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como instância privilegiada, no âmbito das instituições que integram o SGD, para formulação e deliberação de políticas públicas destinadas ao atendimento dos direitos de crianças e adolescentes.

<sup>8</sup> Ministério Público: define-se como órgão constitucional autônomo, incumbido de zelar pela defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e individuais indisponíveis e do próprio regime democrático. Defensoria Pública: é um órgão público que garante às pessoas o acesso à justiça, ou seja, que permite às pessoas que não podem pagar ter um advogado especializado para orientá-las e defender seus direitos na Justiça. Juizado da Infância e da Juventude: As Varas da Infância e Juventude contam com juizes especializados na área da infância e adolescência que, em conjunto com uma equipe técnica, realizam estudos e pesquisas, acompanham o cumprimento das leis e das medidas de proteção, promovem o entrosamento dos serviços do juizado com os Conselhos Tutelares e acompanham a execução das medidas sócio-educativas. Delegacias especializadas: repartição policial especializada para atendimento ao adolescente.

Entende-se que a construção de políticas públicas deve também reportar planos, programas e projetos a serem implementados e desenvolvidos, considerando os princípios específicos a serem formulados, a análise da interrelação entre as instâncias participantes, o processo político, os conteúdos e os níveis de responsabilidade dos distintos atores, sempre de forma integrada ao orçamento público municipal – dotação orçamentária correspondente para viabilização das políticas e como contrapartida aos investimentos de parceiros externos governamentais e não governamentais.

Trabalhar com adolescentes, segmento populacional de alta vulnerabilidade que apresenta demandas de distintas ordens (educação, saúde, inclusive reprodutiva, trabalho, reconhecimento pessoal e social, segurança, cultura, esporte e lazer, participação política e protagonismo), notadamente aqueles que sofreram algum tipo de violência, exige adotar um conjunto de procedimentos político-administrativos que obedecem a um necessário fluxo que pode ser visualizado em anexo.



### Anexo I Matriz De Políticas Públicas

Macrodireitos	Categorias	Variáveis (Políticas, Estruturais, Legais, Institucionais, Logísticas)	Instituições/Rede de Proteção
Direito à Vida e à Saúde	<p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Atenção Integral ao Adolescente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Encaminhamento e garantia de atendimento médico e odontológico sistemático na Rede de Saúde.</li> <li>Acesso à informação e à inserção em programas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e Aids.</li> <li>Vacinação para grupos de risco, especialmente HPV.</li> <li>Orientação sobre os direitos e tolerância à diversidade cultural, religiosa, étnico-racial, geracional, de gênero, de orientação sexual, físico-individual, dentre outras.</li> <li>Encaminhamento para serviços destinados à gravidez na adolescência.</li> <li>Orientação geral e prevenção ao uso de drogas e encaminhamento para serviços de atendimento ao dependente químico.</li> <li>Realização de exames médicos complementares e concessão de órteses, próteses e medicamentos, se necessário.</li> <li>Orientação e encaminhamento para outros atendimentos especializados, notadamente psicológicos e psiquiátricos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza.</li> <li>Sistema Público de Saúde (Secretaria de Saúde/Hospitais/Postos/ CAPS).</li> <li>Universidades.</li> </ul>

**Anexo I**  
**Matriz De Políticas Públicas**

Macrodireitos	Categorias	Variáveis (Políticas, Estruturais, Legais, Institucionais, Logísticas)	Instituições/Rede de Proteção
Direito à Vida e à Saúde	Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação permanente com a rede pública de saúde.</li> <li>• Acesso à informação sobre prevenção de doenças endêmicas e às vacinas.</li> <li>• Adoção de políticas preventivas de saúde e dotação de Sistema Sanitário Básico nos bairros de maior fluxo dos adolescentes atendidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria de Desenvolvimento Urbano.</li> <li>• Secretaria das Cidades.</li> </ul>
Direito ao Desenvolvimento	Educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia de vagas para acesso do adolescente integrante do projeto à educação, no sistema público e próximo à sua moradia.</li> <li>• Acompanhamento da frequência e desempenho escolar dos alunos, em constante integração com as escolas.</li> <li>• Integração com programas de educação profissional existentes nas escolas, especialmente o Com.Domínio Digital, quando existente.</li> <li>• Apoio na aquisição do material escolar e fardamento.</li> <li>• Garantia de vagas para acesso do adolescente.</li> <li>• Orientação, apoio e encaminhamento para obtenção da documentação (registro civil, identidade, CPF, carteira de trabalho, título de eleitor e certificado de reservista, quando for o caso).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza.</li> <li>• Secretaria de Educação do Município/Escolas.</li> </ul>

**Anexo I**  
**Matriz De Políticas Públicas**

Macrodireitos	Categorias	Variáveis (Políticas, Estruturais, Legais, Institucionais, Logísticas)	Instituições/Rede de Proteção
Direito ao Desenvolvimento	Profissionalização inserção Socioproductiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia de uma formação profissional básica, a partir do desenvolvimento de conhecimentos habilidades, valores e atitudes essenciais para o ingresso, permanência e ascensão do adolescente no mundo do trabalho, concretizando o seu projeto de carreira e de vida.</li> <li>• Orientação e encaminhamento para cursos e atividades de profissionalização complementares às ações do Projeto, asseguradas as potencialidades e desejos dos adolescentes e as demandas do mundo do trabalho.</li> <li>• Orientação e acesso ao conhecimento e vivência em programas de educação pelo trabalho, com ênfase no empreendedorismo e na economia solidária.</li> <li>• Apoio na prospecção das oportunidades e encaminhamento dos adolescentes para uma inserção qualificada no mundo do trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria de Segurança Pública</li> <li>• Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social</li> <li>• SINE/IDT</li> <li>• Empresas</li> <li>• Sistema S</li> <li>• Organizações não governamentais SINE</li> <li>• Empresas Públicas e privadas</li> </ul>

**Anexo I**  
**Matriz De Políticas Públicas**

Macrodireitos	Categorias	Variáveis (Políticas, Estruturais, Legais, Institucionais, Logísticas)	Instituições/Rede de Proteção
Direito ao Desenvolvimento	Profissionalização inserção Socioproductiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concessão, quando necessário, de auxílio-transporte para o deslocamento do adolescente, de modo a assegurar a participação deste nas atividades do Projeto e complementares.</li> <li>• Articulação com o sistema público de transporte para provisão de vales-transporte para os adolescentes do projeto.</li> <li>• Garantia de oferta de programas de formação profissional para adolescentes com deficiência, respeitando suas possibilidades e aptidões.</li> <li>• Provisão de espaço físico com capacidade de atendimento, segurança e salubridade (salas para aulas e atividades individuais e coletivas) e dos equipamentos necessários à realização das atividades do Projeto, constantes na proposta político-pedagógica.</li> <li>• Acompanhamento do adolescente inserido no mundo do trabalho de forma a assegurar o cumprimento das condições de trabalho e sua permanência no emprego Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza.</li> </ul>	

**Anexo I**  
**Matriz De Políticas Públicas**

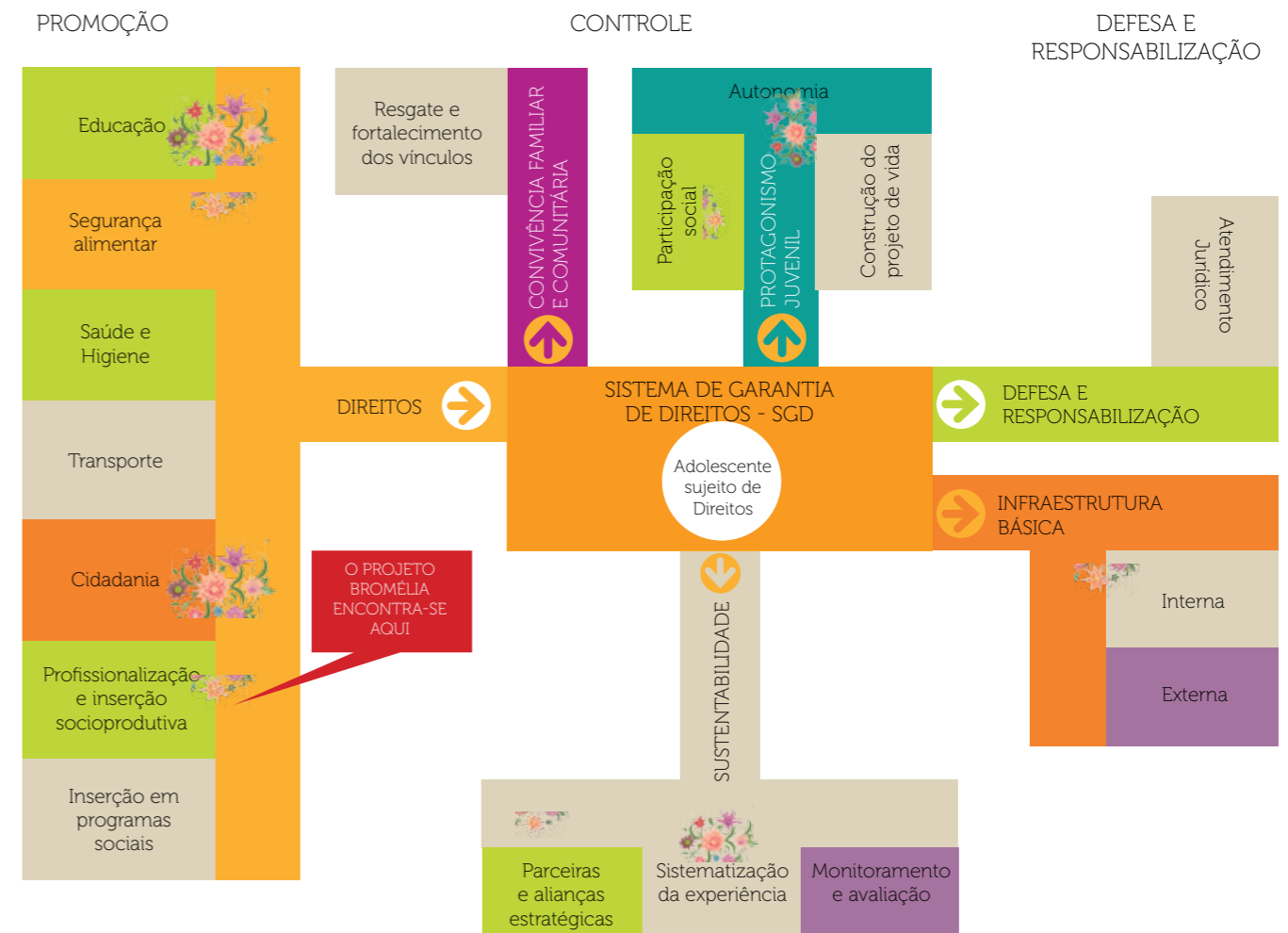
Macrodireitos	Categorias	Variáveis (Políticas, Estruturais, Legais, Institucionais, Logísticas)	Instituições/Rede de Proteção
Direito à Integridade	Atendimento Jurídico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantia ao adolescente do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoa humana em processo de desenvolvimento.</li> <li>• Acesso e encaminhamento aos órgãos de defesa e responsabilização para orientação e assistência jurídicas aos adolescentes e familiares.</li> <li>• Estimulo ao trabalho em Rede, assegurando um trabalho integrado entre as instituições responsáveis pelo atendimento jurídico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza.</li> <li>• Ministério Público.</li> <li>• Defensoria Pública.</li> <li>• Juizados.</li> </ul>
	Convivência Familiar e Comunitária <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento familiar individual e/ou grupal.</li> <li>• Orientação e encaminhamento dos adolescentes e familiares aos recursos sociais da comunidade e aos programas públicos, inclusive de subsídio financeiro.</li> <li>• Elaboração e análise, para acompanhamento, do ecomapa e genograma de cada adolescente e família.</li> <li>• Promoção e apoio à participação dos adolescentes e familiares em atividades sócio-recreativas e culturais no Projeto e em programações coletivas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza.</li> <li>• Instituto Aliança.</li> <li>• Equipes de gestores, técnicas e de consultores.</li> </ul>

<sup>2</sup> Protagonismo Juvenil: adolescente ser ator/atriz e coautor(a) da sua história e da história da sua comunidade. Nesse sentido, considerar a participação dos adolescentes nas diversas etapas do processo educativo, envolvendo-os na construção das decisões, no planejamento, na execução, na avaliação e na apropriação dos resultados obtidos com a realização de ações e projetos; (OLIVEIRA, Ilma. Inserção Socioproductiva in Disseminação da Metodologia de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Tráfico para Fins de Exploração Sexual, Fortaleza: Instituto Aliança, 2011.

**Anexo I**  
**Matriz De Políticas Públicas**

Macrodireitos	Categorias	Variáveis (Políticas, Estruturais, Legais, Institucionais, Logísticas)	Instituições/Rede de Proteção
Direito à Integridade	Participação Social e Protagonismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação, encaminhamento e/ou facilitação do acesso para atividades esportivas, culturais e de lazer desenvolvidas na comunidade e/ou no sistema público.</li> <li>• Inserção do adolescente em programas da rede de atenção integral</li> <li>• Estímulo ao desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais do adolescente.</li> <li>• Criação de ambientes favoráveis à mobilização, participação social e ao empoderamento.</li> <li>• Estímulo à autonomia dos adolescentes para a escolha e adoção de práticas de vida saudáveis e para a elaboração de seus projetos de vida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza.</li> <li>• Secretaria de Esporte e Lazer.</li> <li>• Secretaria de Cultura..</li> <li>• Família e Comunidade.</li> </ul>

**Anexo II**



Deve-se considerar a ampliação e qualificação das ações de promoção nos três níveis de complexidade, desafiando a proposição de uma ação transversal, integrada e intersetorial.

# Construindo uma Proposta de Política Pública

A implementação de políticas públicas, em qualquer nível de governo, supõe um trabalho preliminar de construção de espaços de intercâmbio para a análise de conjuntura segundo a demanda, a partir de estudos de viabilidade socioeconômica, levantamento e análise das políticas setoriais e instrumentos de política existentes. São então elaborados produtos de referência, em especial Relatórios, contendo a sistematização da experiência e proposições que subsidiem o processo de tomada de decisões quanto à pertinência de transformar o programa em uma política pública, com orçamento próprio e metas a serem alcançadas, e que possam assegurar a continuidade, sustentabilidade e uma maior capilaridade das ações.

## Processo de Tomada de Decisões

Nesta etapa devem ser criadas condições para a montagem de uma agenda para deliberação, extraída da análise e debate dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) sobre temas de conjuntura que afetam um melhor desempenho do setor.

Deverão ser criados espaços de discussão para o processo de tomada de decisão colegiada entre os parceiros visando a implementação de políticas voltadas para o público adolescente em situação de vulnerabilidade, de acordo com as demandas identificadas, a partir da realização de um estudo de viabilidade sócio-econômica.

Importante atentar para a adequação da linguagem à população pesquisada e pertinência das questões em relação aos objetivos do referido estudo

## Formulação de uma proposta de Política

São então identificadas e analisadas as políticas setoriais e os instrumentos de política existentes e potenciais voltados para o segmento adolescente em situação de vulnerabilidade.

A discussão deve estar referenciada na projeto político-pedagógico para inserção socioproductiva de adolescentes em situação de exploração sexual, testada e validada, com vistas à incorporação desta no contexto das políticas públicas municipais de Educação e Trabalho

São então geradas propostas de política pública e das políticas setoriais integradas e interdependentes voltadas para esse segmento, configurando-as em uma matriz referencial para criação de um Programa de Educação e Inserção Socioproductiva, seguida de resoluções colegiadas como produto do debate, baseadas no consenso e integração das distintas representações, consolidando um documento a ser encaminhado ao Poder Legislativo, com o respaldo do Poder Executivo.

## Legitimação das políticas

Nesta etapa deverá ser feita uma articulação política com representantes do poder legislativo para conhecimento, sensibilização e adesão do Programa para incorporá-lo na agenda de discussão da Câmara de Vereadores, Assembleia ou Câmara Federal, dependendo da instância de abrangência e vinculação da proposta. Devem ser inicialmente acionadas as Comissões que tenham afinidade com o Programa, para que a proposta de projeto lei seja discutida em Audiência Pública convocada pela Comissão Permanente pertinente, diante da relevância da matéria, com o intuito de enriquecer e esmiuçar as iniciativas nela apresentadas.

## Tramitação do Projeto de Lei

São então elaboradas minutas para transformar em Lei o programa já existente e encaminhamento, à Câmara Municipal, objetivando fortalecer a institucionalização de uma política pública para os adolescentes e jovens vulnerabilizados e torná-lo menos suscetível às mudanças de gestão ou cortes de recursos.

Ressalte-se que em cada município há uma legislação específica própria, respeitadas as Constituições Estaduais e Federal. No âmbito municipal, em termos gerais, a iniciativa para propositura de leis é limitada ao chefe do Executivo (Prefeito), aos membros da Câmara Municipal (vereadores), e, ainda, por iniciativa popular (cidadãos).

Após apresentado o projeto de lei, deverá este ser encaminhado à Comissão Permanente para análise de sua adequação e constitucionalidade. Em seguida, deverá ser discutido pela Câmara Municipal, presente a maioria absoluta de seus membros, e aprovado pelo voto da maioria simples.

Após a aprovação, será o projeto encaminhado para o Chefe do Executivo respectivo que poderá sancioná-lo ou vetá-lo (por questões de interesse público ou inconstitucionalidade). No prazo de 20 dias, caso o Prefeito haja optado pelo veto, deverá o plenário da Câmara deliberar a respeito.

## Implementação da Política

No caso de aprovação sem veto ou sanção, a etapa seguinte consiste na formalização de Acordos para a implementação do Programa como política pública, imprimindo maior escala em conformidade com as demandas e o alcance do aporte orçamentário assegurado.

## Monitoramento e Avaliação

O processo de monitoramento e avaliação é essencial, pois permite acompanhar e assessorar, de forma contínua e permanente a implementação das políticas propostas na Matriz para avaliar o nível de eficácia, eficiência e impacto que estas exercem sobre os adolescentes e suas famílias.

Propicia ainda condições para prover o acompanhamento da execução das políticas setoriais de modo a assegurar um alinhamento de propósitos e ações, e evitar duplicidade ou paralelismo de esforços e recursos.

### Anexo III

#### Matriz de Gestão, Monitoramento e Avaliação do Projeto

Macrodireitos	Indicadores	Variáveis (Políticas, Estruturais, Legais, Institucionais, Logísticas)
Parcerias e Alianças Estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificação e mapeamento dos potenciais parceiros e articulação e captação de parcerias para realização conjunta das ações do Projeto, de forma integrada e intersetorializada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Direitos Humanos/PR</li> <li>Instituto Aliança</li> <li>Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza</li> </ul>
Sistematização da Experiência	<ul style="list-style-type: none"> <li>Registro e sistematização das ações e da experiência como um todo, permitindo a expansão, replicabilidade e novas edições.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instituto Aliança</li> <li>Equipes de gestores, técnica e de consultores</li> </ul>
Monitoramento e Avaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adoção da cultura de avaliação interna e externa para acompanhamento do Projeto, subsidiando o redimensionamento ou reforço de suas ações, assim propostas:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação contínua e sistemática dos adolescentes, desde a sua entrada no projeto até a sua condição de egresso;</li> <li>Monitoramento e avaliação do desenvolvimento da proposta do Projeto, com base nos indicadores de resultados (quantitativos e qualitativos)</li> <li>Avaliação dos profissionais envolvidos no projeto</li> <li>Avaliação da participação institucional e dos parceiros, a partir de suas percepções</li> <li>Avaliação global do Projeto</li> </ul> </li> <li>Construção de instrumentos próprios para cada nível de avaliação e tipo de público.</li> <li>Elaboração de um Relatório Final de Avaliação, analítico e propositivo, para subsidiar as ações futuras.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Direitos Humanos/PR</li> <li>Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza</li> <li>Instituto Aliança</li> <li>Equipes de gestores, técnica e de consultores</li> <li>Adolescentes participantes</li> </ul>

<sup>4</sup>Constitui uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e também se insere como um dos eixos estratégicos da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS).

# Projeto político-pedagógico da organização e proposta pedagógica do programa

## O Projeto

Consiste em um plano global, um documento orientador de todo o trabalho a ser realizado junto aos adolescentes, devendo, contemplar dimensões específicas (pedagógicas, administrativas, comunitárias) e gerais (políticas, culturais), de modo a possibilitar a unidade, integração e alinhamento conceitual da equipe gestora, técnica e operacional, garantindo uma atuação coletiva e compartilhada.

A construção de um projeto político-pedagógico deve ser fruto de um processo de reflexão conjunta dos atores sociais envolvidos na sua execução, sendo refletida no cotidiano das organizações, por meio das posturas e atitudes dos profissionais envolvidos. O projeto é ainda um elemento de organização e integração da atividade prática. É, portanto, uma sistematização – nunca definitiva – de um processo de Planejamento Participativo.

## Estabelecimento das bases conceituais

É importante a realização de uma oficina com a equipe técnica para a definição conjunta das bases teórico-metodológicas que orientam o Projeto Político-Pedagógico da organização que se propõe a realizar esse tipo de trabalho, ou seja, esse é o momento em que são definidas as teorias e autores que referenciarão a prática pedagógica que respalda esta atuação e o horizonte – possível – de ser alcançado.

Sugere-se essa linha de ordenamento das ações, inspirada no trabalho do pedagogo Celso Vasconcellos<sup>1</sup> :

Marco Referencial (Filosófico)	Diagnóstico (Sociológico)	Programação (Pragmático)
O que queremos alcançar?	O que nos falta para sermos o que desejamos	O que faremos concretamente para suprir tal falta?
<b>Busca de um posicionamento:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Político: visão de sociedade e de homem.</li> <li>• Pedagógico – definição sobre a ação educativa / características da instituição.</li> </ul>	<b>Busca das necessidades,</b> a partir da análise da realidade.	<b>Proposta de Ação:</b> <p>O que é necessário e possível para diminuir a distância entre o que vem sendo o projeto para esse público e o que deveria ser.</p>

<sup>1</sup> Material adaptado do livro: Planejamento, projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico, de Celso dos Santos Vasconcellos

**Marco Referencial** - posição com relação à identidade, visão de mundo, valores, utopia, objetivos, compromisso.

Inclui:

- **Marco situacional** - onde estamos, como vemos a realidade, sinais marcantes.
- **Marco filosófico** - para onde queremos ir – proposta de sociedade, de pessoa, de educação, de atendimento.
- **Marco operacional** - que horizonte queremos para nossa ação – critérios de ação, que incorpora as seguintes dimensões:
  - pedagógica** – como desejamos o processo de planejamento das atividades, o itinerário, os conteúdos.
  - administrativa** – como desejamos a estrutura e organização do espaço, os dirigentes, os serviços, as formas de participação da equipe, as condições de trabalho.
  - comunitária** – como desejamos o relacionamento da instituição/ do projeto com os outros atores da comunidade: professores, famílias, equipamentos de saúde, lazer, cultura, esporte, etc.

**Diagnóstico** - constitui-se na localização das necessidades institucionais, a partir da análise da realidade. É o resultado da comparação entre o que se traçou como ponto de chegada (Marco Referencial) e a descrição da realidade como ela se apresenta.

Para realizá-lo, é preciso proceder a algumas tarefas:

- **Conhecer a realidade:** pela pesquisa / levantamento de dados e análise (estudo dos dados no sentido de captar problemas, desafios e pontos de apoio/força).
- **Julgar a realidade:** confronto entre o ideal e o real
- **Localizar as necessidades:** o que falta em cada aspecto relevante assinalado.

**Programação** - conjunto de ações concretas assumido pela instituição, no espaço de tempo previsto pelo Plano, que tem por objetivo, superar as necessidades identificadas. A Programação é fruto da tensão realidade-desejo.

As propostas de ação devem ter como meta a satisfação das necessidades apontadas no Diagnóstico, tendo em vista o Marco Referencial.

Tratando-se de um trabalho voltado para a inserção socioproductiva de adolescentes, são também marcos referenciais para a intervenção profissional a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o Plano Nacional de Direitos Humanos III (PNDH III), e os documentos produzidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), acerca do Trabalho Decente para Jovens no Brasil.

Para fins desta publicação, a prática pedagógica, com definição dos princípios, valores, visão de mundo, de adolescência e de educação, a serem elaboradas pela equipe, bem como a sequência de atividades que devem compor o itinerário, constituem o detalhamento dos passos a seguir:

## Construção da visão de Mundo e de Adolescência

A elaboração da visão de mundo e de Adolescência também resulta de uma construção ou atualização realizada pelas equipes que implementam o trabalho. As respostas às essas perguntas demarcam o horizonte para onde se quer dirigir o trabalho pedagógico.

A visão de mundo deve ser um sonho possível, apontando para uma finalidade e um propósito mais amplos, que contempla a identificação dos passos para a sua concretização. É importante

reafirmar que a Constituição Federal e o ECA já trazem uma visão de mundo e de nação, que deve ser considerada nessa construção.

A visão de Adolescência aponta para o desejo da equipe em relação à formação deste adolescente – “que adolescentes queremos para esse mundo”, é a pergunta norteadora dessa produção, que consiste efetivamente na definição dos perfis de saída do Programa desse público-sujeito. O perfil de saída orienta o itinerário pedagógico, pois define as competências e habilidades que os adolescentes devem desenvolver durante o percurso formativo e apresentar ao concluir a formação.

## Definição da Visão de Educação

A visão de educação embasa o itinerário formativo, que consiste no caminho a ser percorrido pelos adolescentes no processo de formação e deve levar em conta a definição de:

- **Pressupostos pedagógicos:** conceitos ou teorias adotadas que se tornam crenças e pontos de convergência da proposta pedagógica, ou seja, aspectos fundamentais que não são postos em questionamento e que devem estar presentes em toda a prática educativa;
- **Eixo da formação dos adolescentes:** importante definir temas centrais estruturando a linha de formação. Eles devem constituir o foco em determinado momento e depois, tornar-se complementar aos outros abordados. Ex: Identidade – trabalhar durante um mês e depois, retomar as interfaces de Identidade com outros temas, como Saúde e Sexualidade; Família, etc.
- **Competências a serem desenvolvidas:** conhecimentos, saberes, habilidades, atitudes e valores que precisarão ser trabalhadas no percurso formativo com vistas ao alcance do perfil de saída estabelecido;
- **Escolha de estratégias e técnicas:** devem ser selecionadas guardando a devida coerência com o referencial teórico-metodológico definidos para o Programa. É fundamental reconhecer que um tema pode ser trabalhado utilizando-se diversas formas, que podem ou não estar em consonância com a visão de educação definida para o Programa. Cabe à equipe profissional acompanhar de perto esse processo e zelar pela coerência interna das ações.

## Estruturação do Itinerário Formativo

O itinerário formativo consiste efetivamente no percurso ou caminho a ser seguido pelos adolescentes na formação. Diferencia-se do currículo, por ser mais flexível, possibilitando a inclusão de temas emergentes surgidos no decorrer do trabalho.

Em um Programa voltado para a inserção socioproductiva de adolescentes vulneráveis, o itinerário formativo deve ser construído a partir da definição do perfil de entrada, com base em um diagnóstico aprofundado dos adolescentes, que identifica os conhecimentos, habilidades, atitudes, valores dos jovens, e, principalmente, deve apontar para as potencialidades do público.

O perfil de saída é elaborado a partir do perfil de entrada, e deve considerar o tempo disponível para a formação, as condições concretas existentes e os encaminhamentos a serem realizados a

partir do trabalho desenvolvido. Importante incluir no perfil de saída competências e habilidades que respondam às exigências do mundo do trabalho.

O itinerário, como mencionado, é o caminho a ser percorrido nesse intervalo entre o perfil de entrada e o perfil de saída, devendo contemplar:

- Carga horária total da formação: importante considerar o tempo total destinado à formação dos adolescentes, de acordo com o perfil de saída possível e almejado pela equipe aliado às condições concretas para a realização da formação;
- Temas a serem trabalhados: estabelecimento dos temas durante o processo formativo definindo uma sequência lógica que permita aos adolescentes trilhar um caminho que os leve ao perfil de saída definido. Importante considerar o desenvolvimento das consideradas habilidades para a vida, que envolve temas como auto-estima, autoconhecimento, formação de grupo, relações interpessoais, trabalho em equipe, projeto de vida, saúde-sexualidade e afetividade, cidadania e ética, dentre outros. Cada tema deve conter a ementa, objetivos, resultados esperados em termos de competências a serem desenvolvidas, a metodologia e o tempo de duração.
- Com adolescente considerado de alta vulnerabilidade pessoal e social, é importante levar também em conta as demandas apresentadas, para que a proposta seja envolvente, atrativa e consiga mobilizar vontades e desejos junto a esse público;
- Fundamental incluir a construção dos projetos de vida dos adolescentes para servir de base aos encaminhamentos para programas de formação técnica ou por meio da aprendizagem profissional ou ainda ingresso em cadeias produtivas locais, de acordo com o estudo de mercado<sup>2</sup>;
- Imprescindível incluir o processo de acompanhamento e avaliação processual dos adolescentes.

## Detalhamento dos Conteúdos do Itinerário Formativo

Com a elaboração do itinerário formativo, faz-se necessária a realização do detalhamento dos temas, em oficinas específicas, sob a forma de "planos de aula", que devem conter os objetivos, conteúdos a serem abordados, carga horária, detalhamento das atividades propostas, material e recursos a serem utilizados, organizados

Os planos precisam ser escritos de forma objetiva e devem constituir-se em um instrumento norteador para os educadores na realização do trabalho.

## Definição dos Caminhos da Inserção Socioprodutiva

Conforme descrito no passo-a-passo da Inserção, a Proposta Pedagógica deve definir os caminhos da inserção socioprodutiva dos adolescentes.

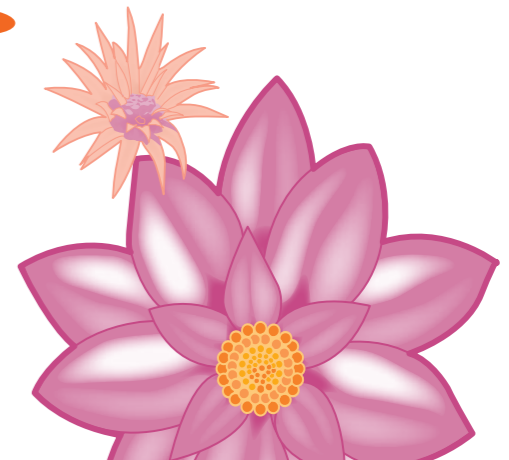
<sup>2</sup> Vide passo-a-passo do Estudo de Viabilidade Socioeconômico.

## Avaliação dos Resultados

A Avaliação de conjunto do Programa é feita ao término de um período previsto e pode começar pela análise da concretização da Programação feita.

Em seguida, a análise das necessidades: em que medida foram supridas/ Quais permanecem? Que novas necessidades são colocadas?

Finalmente, sugere-se uma leitura comparativa dos indicadores previamente elaborados, de forma a confrontar o que foi efetivamente realizado e suas consequências.



# Aprendizados da experiência - piloto Projeto Bromélia



As atividades sempre foram preparadas com antecedência e dentro de um contexto de continuidade, no entanto, nas oficinas, a(o)s educadora(e)s tinham um “Plano B” para uma possível necessidade de trabalhar outras questões que emergiam. Ressalte-se que a necessidade do Plano B se apresentava com certa frequência, considerando que as vivências da rua, os desentendimentos entre integrantes da turma, a falta de concentração de alguns, entre outros, demandavam uma parada estratégica para recomposição do grupo de adolescentes.

Esses encontros pedagógicos sempre se constituíram momentos de “descontração planejada”, pois incluíam atividades lúdicas e artísticas associadas à criação, à reflexão dos conteúdos propostos, e orientações quanto a postura, fala, escuta e respeito ao outro.

No decorrer do desenvolvimento destes momentos a equipe aprendeu muito, inclusive quebrando algumas ideias preconcebidas sobre como lidar com adolescentes com histórias tão ricas, tão fortes, mas ao mesmo tempo, com marcas – físicas, afetivas, psicológicas – que precisavam ser tratadas com cuidado, com carinho e com firmeza.

A seguir, alguns desses aprendizados considerados de extrema pertinência, no dia a dia da construção do grupo:

- Estabelecer, desde o início das oficinas, um **Contrato de Convivência**, é central. Esse Contrato precisa ficar à vista, como um painel, um cartaz ou um quadro – e ser revisitado sempre que o grupo estiver com tendência à dispersão ou transgressão do que foi pactuado.

- Quais questões são inegociáveis?

- **respeito** ao outro: à presença, as opções, à fala, à posição dentro do grupo.
- não utilização de drogas na Formação
- **presença** – isso impacta na Certificação
- uso indevido do passcard

- É importantíssimo não falhar no que foi acordado, considerando que os adolescentes não acreditam em “desculpas”.

- **Assegurar a rotina** proposta é igualmente importantíssimo. A quebra ou não cumprimento do que está estabelecido gera insegurança > que gera inquietação, falta de concentração e esse cenário provoca regressão emocional.

- Importante também **identificar as fortalezas** dos participantes e investir nelas. Os adolescentes costumam, por exemplo, ser resilientes e criativos.



● **“Nenhum a Menos”!** É fundamental o contato corpo-a-corpo, um a um, no acompanhamento. Há necessidade de um esforço contínuo e proativo no sentido do grupo de técnicos que acompanha o projeto (coordenadores e educadores) desenvolver estratégias para que os adolescentes não desistam da Formação.

● Telefonema a cada nova oficina, para reforçar a presença deles e telefonema individualizado, quando algum falta.

● “Frequência Premiada”, “bromelita cash<sup>1</sup>” – reconhecimento dos avanços e recompensa por isso.

● Celebração de datas comemorativas e marcos culturais. A celebração do aniversário faz com que se sintam reconhecidos e valorizados.

● Importante assegurar, SEM CONTRATEMPOS, lanche e transporte. Infraestrutura imprescindível à presença continuada dos participantes.

● Os educadores devem estar atentos **ao tipo de linguagem a ser utilizada**, considerando que os adolescentes com esse perfil, tendem a desvirtuar o sentido do que está sendo dito.

● **É importante trabalhar com dois educadores** na área de Desenvolvimento Pessoal Social e Profissional (DPSP). Enquanto um conduz a atividade, o outro dá apoio e pode analisar a dinâmica da turma, para posterior feedback. Em momentos de conflito ou tensão, a presença de uma dupla de educadores faz a diferença, pois um protege e reforça o outro, sendo necessário o alinhamento permanente entre eles.

● **Saída de educadores** durante a formação: é complicado, pois há a quebra de um processo de vinculação em construção. Os adolescentes se sentem mais uma vez, rejeitados, preteridos, abandonados. Tornam-se agressivos com quem fica, regridem, não querem mais aprofundar vivências que mexem com aspectos emocionais. Deve-se, portanto, na seleção, buscar educadores com tempo, estrutura emocional e disponibilidade para realizar todo o processo formativo. No caso de saída de um dos educadores, o vazio que fica, precisa ser preenchido imediatamente, pois ele torna-se grande e central para o grupo.

● **As oficinas precisam ser planejadas com antecedência e atualizadas a cada semana**, pois devem também estar em consonância com o que emerge de demanda do grupo. Os educadores são orientados a ter também “oficinas e vivências reserva”, para serem utilizadas nas situações não-planejadas.

● A sala onde acontecem **as oficinas deve ter mensagens positivas**.

● Colocar cartazes com palavras como: “por favor”, “obrigado”, “desculpa” ou outras, que fun-

<sup>1</sup>“Bromelita cash” são cupons com valores diversos e que são conquistados pelos adolescentes pela apresentação de comportamentos e atitudes considerados adequados no contexto do Programa (presença e participação qualitativa nas atividades, retorno das tarefas propostas etc.). Estes cupons são trocados por objetos num bazar organizado pela equipe a cada semestre.

cionam como lembretes para um bom relacionamento no grupo, contribui para a turma estar sempre atenta a forma de se dirigir ao outro.

● Devido **à falta de concentração** dos adolescentes, é mais produtivo trabalhar os planos de aula prevendo 2 intervalos curtos.

● Os adolescentes necessitam **se confrontar com limites e escolhas**. Portanto, essa questão do discernimento e da corresponsabilidade por seus atos deve estar presente sempre.

● **Limite** – a vida destes adolescentes é construída sem limites – casas sem paredes, sexo promíscuo, faltam portas. Presença constante na rua: troca de noite /dia, comportamentos à margem da lei. Nas instituições de atendimento / acolhimento o limite muitas vezes é dado como punição, o que provoca nos adolescentes a necessidade da transgressão. Desafio metodológico: construir o limite como **estruturante**.

● Rede de Atendimento: observa-se uma dificuldade de acessar os explorados sexualmente. Vínculos aparentemente pouco consolidados com os educadores sociais. “Circularidade do movimento dos meninos e meninas” que passam por diversas instituições, de tempos em tempos.

● **Acompanhamento complementar imprescindível:** diagnóstico familiar; acompanhamento psicoterápico; atendimento em saúde; área jurídica e fortalecimento / retorno à Escola. Impactam diretamente nas contratações no Mundo do Trabalho.

● Os educadores se deparam constantemente nas oficinas, com situações não-planejadas ou inesperadas, como cenas de violência entre os participantes, ameaças, relatos que trazem fortes elementos da vida dos adolescentes. Além do conhecimento acerca dos encaminhamentos para a Rede de Atendimento os **educadores também necessitam de suporte psicoterápico**, para que possam conduzir com serenidade todo o processo.

● **Adereços:** travestis - perucas, roupas de “programas” – sensibilidade para tratar essas questões com @s adolescentes: os participantes devem ser convidados a entender os diferentes espaços de convivências onde eles precisam transitar. Por outro lado, os educadores precisam estar atentos ao que eles buscam comunicar ao se apresentarem dessa forma. Não se pode, no entanto, perder de vista a preparação para a entrada no mundo do trabalho.

● Gerenciamento da **bolsa/benefício e do passcard** – é importante manter esses elementos, mas se faz necessário um trabalho PERMANENTE de sensibilização e de educação financeira, para que esse recurso não seja utilizado indevidamente, pois há uma tendência a usar os recursos para demandas imediatas.

● Antes do envolvimento com a Exploração Sexual, os adolescentes trazem como demanda urgente, após estarem sensibilizados para a construção de um outro Projeto de Vida, a necessidade de **superção do uso de drogas**. A equipe deve estar previamente articulada com a rede local, para imediato encaminhamento.

● Importante o uso da **Arte** para trabalhar “resistências”. Exemplo: trabalho com a voz e a expressão oral através do coral, do canto; com a pintura, para expressão do que não consegue ser dito oralmente; exercícios de dança ou corporais contribuem para outra percepção de corpo.

● **Letramento** - os adolescentes se descobrem capazes de produzir textos que fazem sentido para eles, e com qualidade. Repercussão na auto-estima e no prazer em aprender ou aprimorar a língua portuguesa em suas distintas expressões.

● Fazer cartinhas, bilhetes, recadinhos, repreender de uma forma habilidosa por escrito revelou-se uma estratégia eficiente com os adolescentes, considerando-se que eles não se sentem expostos e ao mesmo tempo, percebem um cuidado do educador com eles.

● A técnica do “correio da amizade” entre os educadores e adolescentes foi também avaliada como uma estratégia eficiente de chegar mais junto deles. Segundo uma educadora: “Funciona como uma demonstração de carinho e eles ficam com o registro dos nossos sentimentos por eles. A cartinha faz grande diferença, pois eles mostram para a família o que representam para os educadores. A família, por sua vez, passa a reconhecer o valor dos adolescentes e esta se torna uma forma de aproximação com a família também”.

INSTITUTO ALIANÇA COM O ADOLESCENTE

Rua Frederico Simões, 153 - Ed. Empresarial Orlando Gomes, s/1009  
Caminho das Árvores - Cep 41820-774 Salvador, BA - Telefone: (71) 21077400  
E-mail: ia@institutoaliança.org.br



